

EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE NEGACIONISMO

POPULAR HEALTH EDUCATION AND DECOLONIZATION IN TIMES OF NEGATIONISM

EDUCACIÓN POPULAR EN SALUD Y DECOLONIZACIÓN EN TIEMPOS DE NEGACIONISMO

MOREL, Ana Paula Massadar¹ 

RESUMO

Em plena pandemia da Covid-19, cresce o negacionismo em relação aos conhecimentos em saúde. A educação popular em saúde possibilita problematizar tal fenômeno, mas também se depara com novos desafios: como questionar o cientificismo diante do crescimento do negacionismo? É possível defender a ciência sem deslegitimar os saberes populares? A partir dessas questões, procuramos discutir as concepções de educação em saúde mobilizadas no enfrentamento da pandemia. Em seguida, destrinchamos a popularização do negacionismo para, por fim, abordarmos a relação da ciência com a crítica e a descolonização do saber, discutindo especialmente os saberes indígenas sobre a pandemia.

Palavras-chave: Educação Popular em Saúde; Negacionismo; Covid-19; Saberes Populares; Ciência.

ABSTRACT

During the COVID-19 pandemic, the negationism about health knowledge increases. Popular health education enables the problematization of this phenomenon, but it also faces new challenges: how to question scientism while negationism grows? Is it possible to defend science without delegitimizing popular knowledge? Based on these issues, we attempt to discuss the concepts of health education mobilized to face the pandemic. Then, we untangle the popularization of negationism, and finally we approach the relationship between science, criticism, and the decolonization of knowledge, especially discussing indigenous knowledge about the pandemic.

Keywords: Popular Health Education; Negationism; COVID-19; Popular Knowledge; Science.

RESUMEN

En medio de la pandemia del Covid-19, crece el negacionismo en relación con los conocimientos en salud. La educación popular en salud permite problematizar dicho fenómeno, pero también se enfrenta con nuevos desafíos: ¿cómo cuestionar el cientifismo frente al crecimiento del negacionismo? ¿Es posible defender la ciencia sin desacreditar los conocimientos populares? A partir de estas preguntas, buscamos discutir las concepciones de educación en salud mobilizadas para enfrentar la pandemia. Luego, desenredamos la popularización del negacionismo, y finalmente, abordamos la relación entre la ciencia y la crítica, la descolonización del conocimiento, discutiendo especialmente el conocimiento indígena sobre la pandemia.

Palabras clave: Educación Popular en Salud; Negacionismo; COVID-19; Conocimientos populares; Ciencias.

¹ Universidade Federal Fluminense – UFF – Rio de Janeiro – Rio de Janeiro - Brasil

INTRODUÇÃO

Em plena pandemia da Covid-19, acompanhamos o crescimento do negacionismo em relação aos conhecimentos em saúde, estimulado pela ascensão da extrema direita e sua política de morte. São expressivas as narrativas que diminuem a gravidade da pandemia, muitas vezes baseadas na disseminação de notícias falsas. Tal crescimento é extremamente preocupante, na medida em que conter o avanço da pandemia depende não apenas do trabalho dos cientistas e profissionais de saúde, mas também de como os conhecimentos e cuidados em saúde estão presentes e se relacionam com as diferentes realidades da população. Nesse momento, a educação popular em saúde, por sua preocupação com o diálogo e a transformação social, nos traz ferramentas para problematizar e enfrentar o negacionismo, mas também se depara com novos desafios.

A educação popular em saúde recupera o legado de Paulo Freire para a área da saúde, reconhecendo a importância de considerar as condições de vida da população no trabalho em saúde e promovendo redes de apoio social a partir do diálogo com as diferentes realidades das classes populares. Tais preocupações nos parecem ainda mais relevantes no contexto da pandemia da Covid-19, que tem atingido a população de maneira nada “democrática”.² O próprio crescimento do negacionismo tampouco alcança a população de maneira “democrática”. Como veremos, há diferentes posições envolvidas em tal fenômeno, que tem afetado especialmente o cotidiano dos profissionais de saúde, cientistas, professores e educadores em saúde, que têm suas práticas e conhecimentos questionados e, em casos extremos, chegam a ser hostilizados.³

Nesse processo, percebemos que há muitas vezes uma “crise de interpretação”, para usar o termo de Valla (1996), em relação ao problema do negacionismo. Segundo o autor, ao não priorizar a vida dos sujeitos nas práticas de educação em saúde, muitos educadores e profissionais de saúde não escutariam adequadamente as falas da população e não compreenderiam o modo como operam seus saberes. Desconectados da realidade vivida pelas classes populares, esses educadores e profissionais de saúde têm dificuldade para compreender o fenômeno da popularização do negacionismo a partir do falar e fazer dos seus interlocutores. Nesse sentido, acabam por atribuir o crescimento do negacionismo à simples ignorância, “falta de informação” ou “déficit de conhecimento” (LATOURE, 2020a), e veem como única resposta possível a esse fenômeno o retorno a um “positivismo estratégico”⁴ baseado na defesa da ciência como único conhecimento válido, em detrimento de outros conhecimentos.

A educação popular em saúde nos possibilita compreender tal fenômeno para além do “positivismo estratégico”, partindo da escuta dos saberes populares e enfrentando justamente o fosso que separa os educadores e profissionais de saúde da vida cotidiana da população (VASCONCELOS, 2017). Por considerar a saúde como parte da trama social, cultural e política, é uma tarefa contemporânea da educação popular em saúde problematizar a propagação de

² Sobre a forma como as desigualdades raciais se fazem presentes na pandemia da COVID-19 ver Oliveira et al. (2020).

³ Algumas dessas hostilidades são relatadas na reportagem de Hafiz, Vaz e Revadam (2020).

⁴ Tal expressão é utilizada por Latour (2014), recuperando o que as feministas chamam de “essencialismo estratégico”. O “positivismo estratégico” é acionado quando necessário para dar um status incontestável às ciências na sua suposta separação diante das políticas.

discursos negacionistas e suas implicações para a saúde da população. Como veremos, o negacionismo é um grande empecilho ao diálogo. Por isso, retomar a capacidade de escuta, fortalecer as redes de apoio social, dar sentido ao debate político, desfazer confusões, identificando as forças concretas envolvidas nesse fenômeno complexo nos parecem caminhos importantes. Entretanto, tal concepção também se depara com novos questionamentos nos tempos atuais. Algumas das questões aqui apontadas tiveram como inspiração a experiência na docência de cursos na área de Educação e Saúde para estudantes de graduação. Ao discutirmos com as turmas os princípios da educação popular em saúde nesses cursos, dois pontos foram especialmente polêmicos no que tange à valorização dos saberes populares e à crítica ao cientificismo. Os educandos, futuros profissionais de saúde, colocaram as seguintes questões: como questionar o cientificismo nesse momento de crescimento do negacionismo? Como valorizar os saberes populares e propor uma descolonização em tempos de *fake news*? Poderíamos igualar posturas negacionistas da ciência na pandemia com saberes populares? É possível defender a ciência sem deslegitimar outros saberes? Mais do que responder definitivamente a estas questões, pois seria um trabalho muito amplo e coletivo, buscaremos apontar caminhos e possibilidades. Caminhos que nos possibilitem ir além da “crise de interpretação” e do “positivismo estratégico” sem nos furtarmos a abordar os desafios da educação popular em saúde hoje.

Procuramos, então, discutir as concepções de educação em saúde mobilizadas no enfrentamento da pandemia e como elas se relacionam com o negacionismo. Em seguida, buscamos destrinchar o problema do negacionismo tendo como referência a “palavra comprometida”, que conhece o mundo de mãos dadas com a transformação (BRANDÃO, 2006). Por fim, abordamos a relação da ciência com a crítica e a descolonização do saber, abordando especialmente os saberes indígenas sobre a pandemia.

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Primeiramente, é preciso destacar a importância da dimensão educativa no enfrentamento da Covid-19. Ganham visibilidade as fundamentais ações de enfrentamento à pandemia voltadas para a assistência médica a pessoas infectadas, quase sempre em serviços hospitalares de emergência e urgência. Porém, existe todo um trabalho que busca atuar justamente antes de a população adoecer. É um trabalho educativo que envolve educadores em saúde dos mais distintos espaços (MOREL, 2021). Destacamos, nesse sentido, a atuação dos profissionais de saúde no âmbito da atenção básica à saúde. A ação destes muitas vezes se dá junto a professores, lideranças comunitárias, membros de coletivos e movimentos sociais que também atuam como educadores em saúde.

As atuações em educação em saúde, com sua diversidade e heterogeneidade, podem possibilitar que os cuidados em saúde, tão fundamentais neste momento, virem práticas cotidianas nos mais diferentes territórios – principalmente se essa atuação se dá a partir do diálogo e do protagonismo comunitário. Para tal, acreditamos ser fundamental discutir as concepções de educação em saúde mobilizadas no enfrentamento da pandemia e o modo como elas se relacionam com o negacionismo.

Já mencionamos como uma interpretação comum do negacionismo relaciona seu crescimento à simples “ignorância” da população. Tal interpretação é marcada pela concepção hegemônica de educação em saúde: a educação sanitária, que parte da “culpabilização das vítimas” a partir da construção de uma imagem da classe trabalhadora como “bruta”, “carente”, “nula”. (VALLA, 1992). Ela não apenas desconsidera os múltiplos e complexos fatores envolvidos na popularização do negacionismo, como também desconsidera que um desses fatores está relacionado ao distanciamento histórico entre as políticas de saúde e a população.

A educação sanitária tem como foco o enfrentamento de epidemias a partir da transmissão de “hábitos higiênicos” para os indivíduos. Durante a pandemia do coronavírus, essa concepção está presente na ideia bastante difundida de que o combate ao vírus se restringe a mudanças de hábitos individuais, o que termina por afastar aqueles que não têm condições de colocar em prática os cuidados em saúde. Sabemos que medidas de higiene e distanciamento físico são fundamentais para a prevenção da Covid-19. Entretanto, é preciso considerar como esses cuidados se relacionam com as condições de vida da população. Sem essa preocupação, cria-se um afastamento que tende a abrir espaço para o negacionismo: quando os conhecimentos em saúde trazem indicações que não cabem em minha realidade, não há motivo para confiar e compartilhar esses conhecimentos.

Historicamente, esse distanciamento foi amplamente discutido e criticado pela educação popular em saúde, que aponta como a educação sanitária é um tipo de educação que reproduz uma prática autoritária visando o controle e ordenamento das classes populares. A educação popular em saúde desponta nos anos 1970, em um contexto de resistência à ditadura civil-militar, tendo como referência Paulo Freire e os movimentos de educação popular. Ela se realiza quando o trabalho profissional de saúde pública se funde a um trabalho cultural de educação popular por meio da saúde (BRANDÃO, 2001). A educação popular em saúde tece diversas críticas ao paradigma do cientificismo ancorado na suposta neutralidade e universalidade da ciência, pois esse paradigma partiria da exclusão de outras racionalidades médicas e saberes, enquanto a educação popular tem como ponto de partida do processo pedagógico o saber anterior das classes populares. O respeito aos saberes populares, pouco considerado no âmbito das políticas de saúde extremamente verticalizadas, é um dos pontos que passa a ser considerado. A educação popular não se faz “para” o povo, mas “com” o povo, dialogando com o saber desenvolvido na vida social, no trabalho, na cultura e na luta pela sobrevivência dos oprimidos (STOTZ, 2005). Como apontado por Paulo Freire, as experiências dos educandos sobre suas condições de vida, que influenciam diretamente na saúde da população, devem fazer parte do processo pedagógico:

Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes (FREIRE, 2013, p. 32).

Ao transpor tal preocupação para seu trabalho, educadores em saúde se deparam com o fato de que determinados cuidados recomendados por eles muitas vezes não fazem sentido diante da realidade dos seus interlocutores, extremamente complexa e marcada por desigualdades. Considerando essa realidade, a educação popular traz a urgência de refletir sobre o sentido político

inerente às práticas educativas em saúde. Retomando a perspectiva freiriana, a educação sanitária é tida, então, como um tipo de educação bancária que está a serviço das elites operando através da transmissão de conteúdo, tratando o educando (ou paciente) como um recipiente vazio a ser preenchido. Em sentido oposto, a educação popular compreende o educando como protagonista do processo educativo e vê a superação das desigualdades como um caminho fundamental para o direito à saúde.

Ao buscar ir além do autoritarismo recorrente nas práticas dos profissionais de saúde com classes populares, a educação popular em saúde possibilita que os conhecimentos em saúde sejam traduzidos, pensados e problematizados a partir das diferentes realidades. Tal preocupação é uma forma de combater o negacionismo, pois a educação popular atua justamente na tentativa de superar o distanciamento entre as políticas de saúde e as diferentes realidades da população (VASCONCELOS, 2017). É importante destacar que a educação popular é indissociável das práticas coletivas e populares, do próprio “movimento de educação popular” (PALUDO, 2015). Vemos como, durante a pandemia, tal perspectiva tem sido colocada em prática por diferentes movimentos comunitários, que, a despeito de todas as dificuldades, descaso e violências enfrentadas, atuam junto de profissionais de saúde e professores nos diferentes territórios. Foram formados, então, “gabinetes de crise”, comitês populares de saúde, coletivos de comunicação comunitária, iniciativas autônomas indígenas, dentre outras formas de apoio mútuo com importante atuação educativa e de mobilização.

Dialogar com esses movimentos é um caminho para compreender e enfrentar o negacionismo, pois isso permite escutar as falas da população sobre o fenômeno e abordar os cuidados em saúde considerando as condições de vida dos diferentes territórios. Ao atuarmos junto dos movimentos populares organizados no combate à pandemia no Morro da Providência – favela na área central do Rio de Janeiro –, um morador que trabalhava como camelô na cidade nos disse que continuaria a sair para trabalhar, pois preferiria morrer de vírus a morrer de fome (MOREL, 2021). “A fome dá uma morte mais lenta e dolorosa”, ele disse. São as próprias condições de vida desiguais, e não a “ignorância”, que fazem com que esse trabalhador saia nas ruas e esteja em espaços de aglomeração de pessoas. Tal questão nos faz refletir sobre as diferentes posições que existem em relação ao crescimento do negacionismo. Seguimos, aprofundando e destrinchando esse fenômeno.

NEGACIONISMOS: PERPETRADORES E VÍTIMAS

O negacionismo da pandemia da Covid-19 não pode ser pensado como um fato isolado, pois está articulado a outros negacionismos, como o negacionismo climático, o negacionismo histórico, o negacionismo científico e o negacionismo do racismo, formando um fenômeno complexo e heterogêneo que ganha cada vez mais espaço no Brasil e no mundo hoje⁵. O termo negacionismo foi usado pela primeira vez para se referir àqueles empenhados em negar o holocausto promovido pelos nazistas (ROUSSO, 1985). Tal origem, vinculada à movimentos de extrema direita, é bastante significativa, tanto por seu cunho racista, quanto por seus métodos escusos, como ataques

⁵ Abordamos de maneira mais detalhada as origens e causas da popularização dos negacionismos em Morel (2021).

violentos a historiadores e sobreviventes do holocausto e tentativas de falsificação de provas. As ações desses primeiros negacionistas não podiam ser igualadas às controvérsias inerentes ao trabalho historiográfico, pois sua intenção principal era produzir confusão visando o silenciamento de minorias.

Nas últimas décadas, o fenômeno foi potencializado pelo advento das novas tecnologias de informação e comunicação, aumentando a sua capilaridade na disseminação de *fake news* pelas redes sociais, e segue reproduzindo métodos semelhantes aos de sua origem. Atualmente os discursos negacionistas são muitas vezes finalizados com algum tipo de narrativa que confirma valores conservadores. Vemos como diversas notícias falsas que circularam – como a de que os leitos dos hospitais estariam vazios ou de que caixões estariam sendo enterrados sem ninguém dentro para simular um colapso funerário – eram apresentadas como parte de uma suposta conspiração política contra governos de extrema direita.

O crescimento da extrema direita é sem dúvida um dos impulsionadores do negacionismo no mundo. Entretanto, o fenômeno se expande com a tolerância de parte “racional e respeitável” da sociedade, como aponta Silvio Almeida (2020). O autor aponta como os “antirracistas reversos” são tão negacionistas quanto os que se recusam a usar máscaras durante a pandemia, e que tanto o negacionismo científico quanto o negacionismo do racismo seriam anteriores ao trumpismo⁶ e seus similares. Tais fenômenos têm a condescendência das instituições políticas, que, incapazes de conter a violência e de construir a possibilidade de uma participação democrática, nas palavras de Almeida, “têm se prestado única e exclusivamente à validação do grotesco”. Cada vez mais entranhados em nossa sociedade, os negacionismos têm produzido o aumento de uma política de morte.

Ao fazer do negacionismo uma política oficial que deslegitima os conhecimentos científicos e minimizando a todo custo a gravidade da pandemia, a extrema direita – e todos os setores coniventes com ela – exime o Estado de investir na saúde pública e em outras políticas públicas fundamentais para conter o avanço da Covid-19. A consequência mais perversa disso é a intensificação da “necropolítica”, descrita por Achille Mbembe (2020):

O sistema capitalista é baseado na distribuição desigual da oportunidade de viver e de morrer. Essa lógica de sacrifício sempre esteve no coração do neoliberalismo, que deveríamos chamar de necroliberalismo. Esse sistema operou com a ideia de que alguém vale mais do que outros. Quem não tem valor pode ser descartado.

A narrativa segundo a qual a pandemia seria supostamente democrática, pois afetaria igualmente toda a população, se mostra cada vez mais falaciosa. Povos indígenas, negros, mulheres, classes populares e idosos são considerados corpos que podem ser facilmente descartados pela lógica do necroliberalismo e, conseqüentemente, são aqueles que mais sofrem as conseqüências da pandemia.

Diante das conseqüências tão nefastas do negacionismo para parte considerável da população, é preciso se questionar sobre os motivos de sua crescente popularização. O que leva

⁶ Tendência política criada em torno do ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump.

peessoas tão diversas, que não recebem nenhum tipo de financiamento, a repetir tais ideias? Tais motivações poderiam ser reduzidas à “ignorância” ou à simples “falta de informação”?

Primeiramente, acreditamos ser parte da ação problematizadora da educação popular o exercício de identificar a complexidade do fenômeno do negacionismo e os diferentes níveis e posições envolvidos. Existem pessoas e grupos financiados, que aqui chamaremos de “negacionistas profissionais”, voltados para a disseminação do negacionismo. Tais grupos buscam causar confusão intencional, utilizando-se de métodos escusos que vêm ganhando maior disseminação com o advento das redes sociais. Como aponta Alexandre Costa (2017):

O padrão é exatamente o mesmo: para defenderem seus lucros, atacam o consenso científico, recrutando algumas figuras do meio acadêmico e da mídia, confundem e desmobilizam a opinião pública, agindo como verdadeiros mercadores da dúvida. Existe farta documentação mostrando não apenas os vínculos entre o negacionismo e esses interesses econômicos escusos, mas inclusive que se tratou de algo pensado, elaborado, com tática e orçamento.

Como já apontamos em outros escritos, é preciso diferenciar, então, os “negacionistas profissionais” de quem, por exemplo, minimiza os riscos da pandemia porque não pode deixar de se expor ao vírus para ir trabalhar (MOREL, 2021). Essas diferentes posições aparecem em relação aos distintos negacionismos. Em relação à negação do racismo, Grada Kilomba (2019) aponta como os sujeitos brancos e negros passam por processos totalmente distintos ao reproduzir os mecanismos de recusa e negação:

A informação original [do sujeito branco] – “Nós estamos tirando o que é Deles(as)” ou “Nós somos racistas” – é negada e projetada sobre os(a)s “Outros(as)”: Eles/elas vêm aqui e retiram o que é nosso”, “Eles/elas são racistas”. Para diminuir o choque emocional e a tristeza, o sujeito Negro diria: “Nós estamos de fato tirando o que é deles(as)” ou “eu nunca experienciei racismo” (KILOMBA, 2019, p. 178).

Uma diferenciação de posições também é proposta por Déborah Danowski (2020) em relação ao negacionismo da crise ambiental. Existem as maiores vítimas da crise ecológica – os animais, as plantas e as pessoas mais pobres, que são as mais afetadas pela crise –, existem os perpetradores – as grandes empresas de combustíveis fósseis, as mineradoras e o sistema financeiro, que agem diretamente para a propagação dessa crise – e existem os espectadores – uma grande parte da população que segue vivendo sua vida sem atentar para a crise ambiental. São maneiras diferentes de “não ver” o que está acontecendo, diz a filósofa.

Podemos afirmar que diferentes posições também aparecem no negacionismo da pandemia da Covid-19. Parte considerável da população está envolvida em algum nível de negacionismo, seja depositando esperanças em um suposto remédio milagroso, seja negando o perigo da doença, seja não conseguindo colocar em prática os cuidados necessários mesmo que concorde com o perigo da pandemia. É preciso, entretanto, diferenciar as posições envolvidas. Os governantes empenhados em negar a gravidade da doença, que sabem das consequências nocivas dos seus atos, ocupam uma posição distinta de um trabalhador que não pode deixar de trabalhar para colocar em prática o isolamento e acaba minimizando os perigos da doença. Novamente são diferentes maneiras de “não ver” que trazem efeitos distintos. Há aqueles que negam visando o lucro, a partir de um

desejo de morte e extermínio, e os que entram em negação diante de uma realidade tão dura de que são vítimas. Há também muitas variações dessas posições.

Ao apontar como o negacionismo climático tem um papel fundamental para compreendermos o mundo contemporâneo, Bruno Latour (2020a) afirma que os “perpetradores” desse negacionismo seriam as elites obscurantistas, que, diante do colapso ecológico, perceberam que não haveria mais “mundo para todos” e optaram por fazer da mentira uma forma de política. O autor utiliza a metáfora do Titanic: as classes dominantes percebem que o naufrágio é inevitável, apropriam-se dos botes salva-vidas e pedem que a orquestra toque durante um bom tempo canções de ninar, para que possam escapar antes que as outras classes percebam o que está acontecendo (2020a, p. 15). Tal crise resulta, cada vez mais, na ausência de um mundo compartilhado no que se convencionou chamar Ocidente. Diante disso, os conhecimentos científicos não conseguem mais se sustentar, pois, segundo o autor, para que os conhecimentos ganhem corpo, é preciso ter uma cultura comum, uma vida pública, instituições e imprensa minimamente confiáveis. O crescimento do negacionismo se ancoraria, então, menos em uma ausência de conhecimento e mais em um “déficit de práticas comuns”. Segundo Latour, as pessoas não apenas “acreditam em um mundo alternativo”, mas vivem de verdade em um mundo alternativo, onde o colapso ambiental não é um problema. Essa ruptura de mundos impossibilita o diálogo, impossibilita até a discordância. O autor argumenta que antes, por mais que não fosse um mundo totalmente comum, era possível concordar em discordar. Agora essa situação não existiria mais, pois há uma guerra entre mundos.

Tais questões, se trazidas para o âmbito da educação popular, nos revelam a importância de não tratar o negacionismo simplesmente como consequência da ignorância da população. É preciso escutar as classes populares, compreendendo os fenômenos complexos envolvidos no crescimento do negacionismo. Essa compreensão passa por identificar as diferentes posições envolvidas nas ações negacionistas: não podemos igualar “perpetradores” e “vítimas” do negacionismo, assim como não podemos igualar opressores e oprimidos – mesmo com toda a atração que os últimos possam sentir pelos primeiros (FREIRE, 2018). Se os “perpetradores” do negacionismo buscam justamente negar qualquer tipo de diálogo, a partir da “ausência de práticas comuns”, a educação popular ganha ainda mais importância ao apostar no diálogo como caminho para transformação social. Diálogo a partir de um dizer da “palavra comprometida” no sentido de que fala Paulo Freire, entendida como palavra e ação, palavra que diz e transforma o mundo (FREIRE, 2018).

Porém, seria possível dialogar com “negacionistas profissionais”, empenhados em difundir mentiras? Em *Pedagogia do oprimido* (2018), Freire afirma que o diálogo se dá entre iguais e diferentes, mas nunca entre antagônicos: “não é possível diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito” (p. 109). As palavras de Freire ganham uma enorme atualidade ao percebermos que os “negacionistas profissionais”, com seus métodos de confusão e silenciamento, buscam justamente a negação da pronúncia do mundo, sendo antagônicos àqueles que querem pronunciá-lo.

Enquanto o diálogo é o encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo modificando-o, entendemos que não há diálogo possível com “negacionistas profissionais”, com perpetradores da necropolítica, antagônicos. Não há construção de “espaço democrático” possível. No entanto, quando os “negacionistas profissionais” conseguem ganhar força entre a população, é preciso dialogar com aqueles que são as principais vítimas da política de morte em curso. Voltamos, então, às afirmações de Freire (1986, p. 93): “a Pedagogia do Conflito não pode prescindir do diálogo, do diálogo entre os iguais e os diferentes que participam da luta, ou do grito, para botar abaixo o poder que nega a palavra”. A máxima de Paulo Freire, segundo a qual o diálogo não pode se dar com antagônicos, mas deve ser ampliado com iguais e diferentes, ganha importante reverberação no contexto atual. Nesse sentido, faz-se necessário não confundir nem igualar diferentes e antagônicos, ainda mais se consideramos que a “crise de interpretação” aponta para um “positivismo estratégico” como resposta ao negacionismo e acaba muitas vezes negando a diferença.

CRÍTICA E DESCOLONIZAÇÃO: PARA ALÉM DO POSITIVISMO

A matéria “Conselho de saúde recomenda florais, homeopatia e reiki para ajudar no tratamento da Covid-19” (COLLUCCI, 2020), da *Folha de São Paulo*, discute a suposta contradição do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que, “ao mesmo tempo que dá aval para terapias alternativas, é contra uso da cloroquina por falta de evidência”. Na reportagem, são entrevistados dois médicos-pesquisadores que criticam a recomendação das chamadas práticas integrativas e complementares (PICs) pelo CNS: “o mesmo argumento usado para não recomendar a hidroxicloroquina deveria nortear a tomada de decisão para a prática da medicina alternativa”, diz um dos médicos. Do outro lado, uma conselheira do CNS é entrevistada defendendo a decisão do conselho: “a cloroquina em si é um tratamento [que não tem eficácia comprovada]. As práticas integrativas são complementares ao atendimento”.

Os argumentos levantados abrem um grande debate que não cabe aprofundarmos neste momento. Destacamos, entretanto, apontamentos importantes para nossa discussão. Percebemos como a importância que a ciência ganhou diante da pandemia tem trazido novos desafios e tensionamentos, considerando ainda o crescimento do negacionismo. Como forma de afirmar a ciência frente à propagação de um tratamento inadequado, como o uso da cloroquina, alguns médicos têm reagido buscando negar qualquer tipo de “medicina alternativa”. Retomamos, então, algumas questões: poderíamos igualar posturas negacionistas da ciência na pandemia e conhecimentos tradicionais, como os presentes nas PICs? É possível defender a ciência sem deslegitimar outros saberes?

Tais questões delicadas devem ser enfrentadas, já que, para além do caso apresentado na reportagem, essa tem sido uma resposta mais ou menos comum dos defensores da ciência ancorados no “positivismo estratégico”. Volta-se a afirmar a ciência como separada da política e superior a todos os outros conhecimentos – relegados ao posto de crenças irracionais –, ao mesmo tempo em que é silenciada qualquer possibilidade de crítica à ciência.

É preciso destacar que o papel da crítica à ciência tem sido extremamente controverso. O que se convencionou chamar de pós-estruturalismo, pós-modernismo – e mesmo parte considerável das ciências sociais – desenvolveu nas últimas décadas teorias críticas – diversas e heterogêneas – à ciência. Dentre outras contribuições, muitas dessas teorias acabavam por demonstrar a imprecisão por trás dos fatos ditos científicos, apontando os mecanismos de poder subjacentes ao discurso científico – ou ainda para a ciência como mais um fenômeno “construído socialmente”.

Há de se questionar se tais críticas estariam ajudando a enfraquecer o discurso científico enquanto ele sofre um ataque conservador. O próprio Bruno Latour (2020b), um dos grandes expoentes dos *science studies*⁷, publicou um texto chamado “Por que a crítica perdeu a força?”. Nele, o autor questiona se a crítica, tão empenhada em mostrar “a falta de clareza científica” inerente à construção dos fatos, não estaria colaborando com o que ele chama neste momento de “revisão instantâneo”. Mais do que isso, será que a popularização do negacionismo ancorado no desejo de participação seria uma espécie de banalização deturpada da crítica? Sobre os caminhos da crítica, o autor afirma:

Meu argumento é que uma certa forma de espírito crítico nos levou ao caminho errado, encorajando-nos a combater os inimigos errados e, pior de tudo, a sermos considerados amigos pelo tipo errado de aliados por causa de um pequeno erro na definição de seu alvo principal. A questão nunca foi se *afastar* dos fatos, mas sim se *aproximar* deles; não foi combater o empirismo, mas, pelo contrário, renová-lo. (LATOURE, 2020b, p. 182, grifo do autor).

Bruno Latour (2020b) reconhece então que a crítica não deve ser abandonada, mas precisa “mudar o alvo”. Sua proposta é que, ao apontar todos os fatores políticos, ambientais e econômicos em que os fatos científicos estão envolvidos, seja possível *acrescentar* realidade em vez de *subtraí-la*. Esse parece um desafio importante para a crítica no momento atual.

Nesse imbróglio, não podemos desconsiderar também a forma como os movimentos feministas, negros, indígenas e outros têm colocado questionamentos fundamentais para as ciências. Muitos desses movimentos tecem críticas às bases do pensamento científico, se contrapondo ao sujeito unitário racional moderno, vinculado ao domínio do homem branco europeu. Tais vozes denunciaram o caráter homogeneizador, de cunho universalizante, presente em parte do pensamento científico. O retorno assustado ao positivismo estratégico não pode abrir caminho para reforçar o silenciamento dessas vozes.

As críticas descolonizadoras não podem ser igualadas ao discurso negacionista, assim como povos que partem de ontologias distintas das ciências modernas não podem ser enquadrados como negacionistas por sua alteridade. Os mecanismos escusos aqui descritos, inerentes ao trabalho dos “negacionistas profissionais”, em nada se relacionam, por exemplo, com as práticas de xamãs que partem de um profundo conhecimento acumulado por seus povos.

Nesse sentido, destacamos questões levantadas por povos indígenas no momento em que fica cada vez mais explícita a relação entre o surgimento da pandemia e o desmatamento. Essa relação é apontada pelos próprios cientistas (CUNNINGHAM, 2020) e por povos indígenas, que têm

⁷ Estudos de ciências.

ganhando protagonismo mesmo que partindo de referências bem distintas. Davi Kopenawa (2015), importante xamã yanomami, tem alertado há tempos para as consequências nocivas da destruição das florestas provocada pelo “povo da mercadoria” (brancos). O xamã afirma que as grandes epidemias – ou *xawara* – enfrentadas por sua etnia viriam da fumaça proveniente dos garimpos, que seriam espíritos causadores de doenças. No momento atual, essas epidemias parecem se voltar também contra o “povo da mercadoria” que as causa. Para o xamã, não se pode tratar a floresta como vazia, morta ou mero recurso, pois ela está viva, composta por uma relação de espíritos, rios, peixes, chuva, vento.

Em artigo recente, em que discute a leitura filosófica do povo *huni kuin* sobre a covid-19, a antropóloga Els Lagrou (2020) apontou que, para esse povo, o adoecimento das pessoas é causado porque caças e peixes – especialmente os morcegos – se vingam da destruição de seu habitat mandando seu *nisun*, uma dor de cabeça que pode levar à morte. Segundo o pensamento desses povos, a Terra é habitada por uma multiplicidade de seres com os quais é preciso negociar. A origem desse coronavírus não seria, então, uma surpresa, já que, quando se desmata e quando agridem os seres que habitam determinado ambiente, esses seres vão reagir de alguma forma.

Esses conhecimentos profundos, ainda que distintos do conhecimento científico, tampouco apontam para a narrativa negacionista. Será preciso criar caminhos para além das “alternativas infernais”⁸ segundo as quais é preciso escolher entre aceitar acriticamente a ciência como única forma de conhecimento superior ou ser capturado pelo negacionismo que se opõe aos conhecimentos científicos. Indo além da resignação a essas alternativas, concluímos que combater o negacionismo não pode ser sinônimo de combater as lutas pela descolonização do conhecimento.

Para Isabelle Stengers (1997), é importante que a ciência não apenas respeite outras culturas e saberes, mas que seja digna do respeito delas. É preciso que a própria ciência vá para além da “maldição da tolerância”, definida pela autora como o modo condescendente de tratar mundos distintos. Segundo ela, a tolerância guarda no fundo também uma ânsia destruidora, já que é muito fácil destruir algo que você apenas tolera. A autora também defende que a ciência construa “conexões parciais” – recuperando termo de Marilyn Strathern – com outros saberes e povos. As “conexões parciais” são encontros pragmáticos em que as partes não se enganam nem se englobam e podem até aprender mutuamente, sem que por isso se tornem o mesmo (STENGERS, 2019).

Pode haver uma “conexão parcial” dos cientistas com os povos indígenas no combate ao negacionismo da covid-19. Quem sabe as questões indígenas podem até *acrescentar* à ciência – no sentido em que fala Latour (2020b) – e vice-versa. Ambas podem, a partir da diferença, não virar o mesmo, mas *acrescentar* realidade. Já os “negacionistas profissionais”, antagônicos, nada têm a acrescentar, pois não apresentam uma “visão alternativa”, nem mesmo se baseiam em alguma teoria ou conhecimento aprofundado: apenas mentem, buscando confundir a opinião pública e acelerar a degradação dos vínculos e horizontes.

Tal diferenciação entre diferentes e antagônicos é extremamente cara diante do negacionismo. Por mais que seja importante rever as estratégias da crítica à ciência, como fala

⁸ “Alternativas infernais” são, para Pignarre e Stengers (2013), como um conjunto de situações formuladas e gerenciadas de modo que elas não deixam outra escolha senão a resignação.

Latour (2020b), não se pode perder a preocupação com o respeito e o diálogo com os saberes populares proposta pela educação popular em saúde, buscando ir para além da “maldição da tolerância”. Valorizar as práticas que representam uma sistematização de conhecimentos que vão se acumulando ao longo de várias gerações, não deslegitimar atores que apresentam um alto poder educativo, como os erveiros, parteiras e rezadeiras (GOMES; MERHY, 2011) são preocupações que não podem ser confundidas com a difusão do negacionismo.

CONCLUSÃO

Esperamos ter contribuído para um esforço de problematização do negacionismo a partir do olhar da educação popular. Diante da ausência de diálogo provocada pelo negacionismo, parece fundamental recuperar o legado de Paulo Freire, que nos permite ir além da “culpabilização das vítimas”. Separar vítimas de perpetradores, separar diferentes de antagonicos, são algumas das indicações que merecem ser aprofundadas. É preciso reconhecer que a horizontalidade entre os saberes populares e técnico-científicos defendida pela educação popular ganha uma nova configuração neste momento. Tal reconhecimento não significa abandonar o debate sobre o próprio papel da ciência na relação com a crítica, com os movimentos de descolonização, com outros saberes e conhecimentos. É preciso que o diálogo ocorra com as diferentes vítimas do negacionismo, mas não com os antagonicos, “negacionistas profissionais”, perpetradores da política de morte. É necessário defender a ciência do negacionismo, mas sem cair em um retorno positivista, sem perder a dimensão do diálogo com os iguais e diferentes.

Nesse sentido, cabe aprofundar as potencialidades entre a educação popular e as lutas pela descolonização dos saberes. Ainda que Paulo Freire tenha formulado sua concepção pedagógica com as referências explícitas de teorias críticas ocidentais, seu engajamento com os movimentos populares ensejou a valorização de perspectivas dos povos indígenas da América Latina (FLEURI, 2018). Os saberes destes povos ganham ainda maior relevância durante a crise sanitária e civilizacional que vivemos, mostrando que não são uma *sobrevivência do passado*, mas uma *subsistência do futuro*, que alerta para a importância de frear a política de morte em curso, para que ainda haja *mundo por vir* (DANOWSKI & VIVEIROS DE CASTRO, 2014).

Quiçá esses caminhos abertos contribuam para a árdua tarefa de potencializar as práticas comuns no enfrentamento do negacionismo, a partir de uma práxis dialógica, retomando um mundo compartilhado não por uma cultura única, mas, como dizem os zapatistas, por “um mundo onde caibam muitos mundos”.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Silvio. As instituições estão funcionando. **Folha de São Paulo**, 01 out. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/silvio-almeida/2020/10/as-instituicoes-estao-funcionando.shtml>>. Acesso em: 10 out. 2020.

2. BRANDÃO, Carlos. A Pesquisa Participante e a partilha do saber: uma introdução. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa participante: o saber da partilha**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.
3. BRANDÃO, Carlos. A educação popular na área da Saúde. **Revista Interface**, v. 5, n. 8, Botucatu, fev. 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/icse/2001.v5n8/127-131/pt/>>. Acesso em: 10 out. 2020.
4. COLLUCCI, C. Conselho de saúde recomenda florais, homeopatia e reiki para ajudar no tratamento da Covid-19. **Folha de São Paulo**, 29 maio 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/05/conselho-de-saude-recomenda-florais-homeopatia-e-reiki-no-tratamento-da-covid-19.shtml>>. Acesso em: 10 ago. 2020.
5. COSTA, A. Negacionismo: O Falso Galileo - Parte II: “Democracia” e Chantagem. **O que você faria se soubesse o que eu sei?**. 13 nov. 2017. Disponível em: <<http://oquevocefariasesoubesse.blogspot.com/2017/11/negacionismo-o-falso-galileo-parte-ii.html?m=1>> Acesso em: 16 jul. 2020.
6. CUNNINGHAM, A. The bats are not to blame for coronavirus. [Entrevista cedida a] N. P. Walsh. **CNN**, 20 mar. 2020. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2020/03/19/health/coronavirus-human-actions-intl/index.html>>. Acesso em: 15 ago. 2020.
7. DANOWSKI, D; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Florianópolis: Desterro, 2014.
8. DANOWSKI D. “Não tem mais mundo pra todo mundo”, diz Deborah Danowski. [Entrevista cedida a] A. Amaral. **A Pública**, 5 jun. 2020. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/06/nao-tem-mais-mundo-pra-todo-mundo-diz-deborah-danowski/2020>>. Acesso em: 15 ago. 2020.
9. FAVELAS, PANDEMIAS e cidadanias (lives). Playlist por VídeoSaúde Distribuidora da Fiocruz. 2020. 10 vídeos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v8sIDXa1TXEi5ds2zaPMhRX>>. Acesso em: 20 out.2010.
10. FLEURI, R. M. Paulo Freire: Aprender a Educar com os Povos Indígenas. In: Gadotti, Moacir e Carnoy, Martin (Org.) **Reinventando Freire**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2018.
11. FREIRE, P; GADOTTI, M; GUIMARAES, S. **Pedagogia: diálogo e conflito**. São Paulo: Cortez, 1986.

12. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
13. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
14. GOMES, L.; MERHY, E. Compreendendo a educação popular em saúde: um estudo na literatura brasileira. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, jan. 2011
15. HAFIZ, Mariana; VAZ, Matheu; REVADAM, Rafael. Divulgadores de ciência são atacados por hackers e recebem ofensas após alertas sobre coronavírus. **Lab-19**, 15 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/04/15/divulgadores-de-ciencia-sao-atacados-por-hackers-e-recebem-ofensas-apos-alertas>>. Acesso em 20 out. 2020.
16. KILOMBA, G. **Memórias da Plantação** – Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
17. KOPENAWA, D; ALBERT, B. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
18. LAGROU, E. N. Nisun. A vingança do povo morcego e o que ele pode nos ensinar sobre o novo coronavírus. **Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS)**, 13 abr. 2020. Disponível em: <<https://blogbvps.wordpress.com/2020/04/13/nisun-a-vinganca-do-povo-morcego-e-o-que-ele-pode-nos-ensinar-sobre-o-novo-corona-virus-por-els-lagrou/>>. Acesso em: 09 ago. 2020.
19. LATOUR, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. **Revista de Antropologia**, v. 57, n. 1, 2014.
20. LATOUR, Bruno. **Onde aterrar**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020a.
21. LATOUR, Bruno. Por que a crítica perdeu a força? De questões de fato a questões de interesse. **O que nos faz pensar**, v. 29, n. 46, jul. 2020b. ISSN 0104-6675. Disponível em: <<http://www.oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqfnfp/article/view/748>>. Acesso em: 09 out. 2020. doi: <https://doi.org/10.32334/oqfnfp.2020n46a748>.
22. MBEMBE, Achille. Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da 'necropolítica'. [Entrevista cedida a] Diogo Bercito. **Folha de São Paulo**, 30 mar. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>>. Acesso em: 10 out. 2020.
23. MOREL, Ana Paula. Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde: para além da necropolítica. **Trab. educ. saúde [online]**. Janeiro, 2021, vol.19. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00315>.

24. PALUDO, Conceição. **Educação popular e movimentos sociais**. S.l., 2015. Disponível em: <<https://rest.formacontralesocial.org.br/materials/conceicao-paludo.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2020.
25. PIGNARRE, P; STENGERS, I. **La sorcellerie capitaliste: pratiques de désenvoûtement**. Paris: La Découverte, 2013.
26. OLIVEIRA, Roberta Gondim de; CUNHA, Ana Paula da; GADELHA, Ana Giselle dos Santos; CARPIO, Christiane Goulart; OLIVEIRA, Rachel Barros de; CORRÊA, Roseane Maria. Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a Covid-19 e o racismo estrutural. **Cad. Saúde Pública**, v. 36, n. 9, 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/desigualdades_raciais_e_a_morte_como_horizonte_-_consideracoes_sobre_a_covid-19_e_o_racismo_estrutural_.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020. doi: 10.1590/0102-311X00150120.
27. ROUSSO, Henry. **Le Syndrome de Vichy**. Paris: Points Seuil, 1985.
28. STENGERS, Isabelle. **Cosmopolitiques 7 – Pour en finir avec la tolérance**. Paris: La Découverte, Les Empêcheurs de Penser en Rond, 1997.
29. STENGERS, Isabelle. “Outra ciência é possível!” Um apelo à Slow Science. **Cadernos do Ateliê**, v. 1, n. 5, 2019.
30. STOTZ, Eduardo. A educação popular nos movimentos sociais da saúde: uma análise de experiências nas décadas de 1970 e 1980. **Trab. Educ. Saúde**, v. 3 n. 1, Rio de Janeiro, mar. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462005000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 10 out. 2020.
31. VALLA, Vincent. Educação, saúde e cidadania: investigação científica e assessoria popular. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan./mar. 1992.
32. VALLA, Vincent. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. **Educação & Realidade**, v. 21, n. 2, 1996.
33. VASCONCELOS, Eymard. Redefinindo as práticas de saúde a partir da educação popular nos serviços de saúde. In: VASCONCELOS E. **A saúde nas palavras e nos gestos**. São Paulo: Hucitec, 2017.

Ana Paula Massadar Morel

Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Antropologia Social pelo PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, onde realizou pesquisa sobre educação autônoma no movimento zapatista. Atuou como educadora e pesquisadora na área de Educação e Saúde na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) na Fiocruz. Tem como principais áreas de interesse: Educação Popular em Saúde, Antropologia e Educação e Movimentos Sociais e Autonomia.

Como citar este documento:

MOREL, Ana Paula Massador. EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE NEGACIONISMO. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 29, n. 2, p. 41-56, mai. 2021. ISSN 1982-9949. Acesso em: _____. doi: 10.17058/rea.v29i2.16008.